

RESENHA

*Leonardo Bruno Galdino**

HORTON, Michael. **Cristianismo sem Cristo**. Tradução de Neuza Batista. São Paulo: Cultura Cristã, 2010. 208 p.

Quem está familiarizado com os escritos do Dr. Michael Horton sabe que não é à toa que ele é tido como um dos maiores e mais competentes pensadores reformados da atualidade. A solidez doutrinária de seus escritos e sua aguda percepção em analisar as coisas que acontecem no mundo dito cristão a partir de uma ótica reformada e confessional, aliadas à sua imensa capacidade argumentativa (que nem sempre é tão sistemática e lógica quanto gostaríamos) e à sua habilidade como pesquisador, são fatores que tem justificado seu prestígio mesmo entre cristãos de perspectiva não-reformada (e não-confessional).

Agora, ele nos brinda com um de seus livros mais polêmicos, cujo título não só é intencionalmente provocativo, mas essencialmente reflexivo, *Cristianismo sem Cristo*, que, nas palavras do bispo metodista William Willimon (prefaciador da obra), também pode ser encarado como uma “polêmica induzida de Cristo” (p. 10). Se essa afirmação soa pretensiosa e arrogante demais, só mesmo lendo a obra para descobrir.

Algo marcante nos escritos de Horton é que ele é sempre muito seletivo nas citações de obras e estatísticas que usa em suas pesquisas, objetividade que o distingue de muitos escritores prolixos e cansativos, apesar de ser ele mesmo um pouco repetitivo às vezes. Por exemplo, ele pode muito bem começar falando de um assunto, bruscamente interrompê-lo, e voltar a repeti-lo em

* O autor é sargento do Exército Brasileiro, formado pela Escola de Sargentos das Armas, Três Corações-MG (turma de 2006). É membro da 1ª Igreja Presbiteriana de Santarém-PA, onde atua como professor da Escola Dominical. Mantém os blogs “Optica Reformata” e “5 Calvinistas”.

outro capítulo que, em princípio, deveria tratar de outra coisa. Por este motivo é que esta breve resenha é mais sistemática (análise por assunto) do que linear (análise de cada capítulo separadamente).

Apesar do “auê” que o título da obra pode causar nos leitores mais apaixonados, Horton se apressa em dizer que, a despeito de sua superficialidade, desatenção e humanismo, a igreja contemporânea ainda não chegou ao que ele chama de “cristianismo sem Cristo”, mas está a caminho (p. 10). Esse esclarecimento é importante especialmente porque aqueles de perfil mais polêmico correm o risco de ser mais radicais do que o autor da obra na qual tanto se deleitam (assim como tem gente que quer ser mais calvinista que Calvino). Entretanto, não estão equivocados aqueles que entenderem que Horton está apenas sendo eufêmico, adiando a bomba que está prestes a estourar no desenrolar de sua argumentação.

Mas, o que vem a ser, finalmente, esse tal “cristianismo sem Cristo”? O autor o definiria como sendo “uma história sobre nós [nossos feitos] em vez de uma história sobre o Deus Trino que nos transporta para o drama em andamento [os feitos de Deus]” (p. 91). Cristianismo sem Cristo é quando “Deus e Jesus ainda são importantes, porém mais como parte do elenco de apoio do nosso próprio show” (p. 17). Nesse sentido, o cristianismo sem Cristo é *deísta*, visto que não é mais Deus quem governa as coisas, e sim o homem; é *moralista*, visto que o imperativo “faça mais, esforce-se mais” (p. 10), ou a famosa máxima de Benjamin Franklin de que “Deus ajuda a quem se ajuda”, está no âmago da religiosidade que norteia a maior parte das igrejas contemporâneas; e é *terapêutico*, visto que “não há pecado nem culpa a ser perdoados por Deus, mas apenas os pesos e sentimentos de culpa por não corresponder às expectativas de si mesmo ou de outros seres humanos” (p. 37). Finalmente, Horton diz que a “chave” para essa sua crítica “é que, uma vez que você faz sua paz de espírito em vez de paz com Deus, que é o principal problema a ser resolvido, todo o evangelho é radicalmente definido”, e que “a autorrealização, a autossatisfação e a autoajuda são todas distorções contemporâneas de uma heresia antiga, que Paulo identificou como obras de justiça” (p. 34). Nesse sentido, entendo que a obra de Horton é, antes de tudo, uma forte argumentação e clamor em prol da doutrina bíblica da justificação pela fé somente, que os reformadores entenderam ser o coração do evangelho.

Para efeito de síntese, Horton faz um quadro comparativo muito interessante entre o cristianismo sem Cristo (que ele chama de “lei leve”) e o verdadeiro evangelho (p. 158):

Lei leve	O evangelho
Deus como treinador de vida	Deus como Juiz e Justificador
Bom conselho (fazendo)	Boas-novas (feito)
Cristo como exemplo	Cristo como Salvador
A Bíblia como manual de instrução	A Bíblia como mistério de Cristo sendo revelado
Sacramentos como meios de compromisso	Sacramentos como meios de graça
A igreja como recurso de autoajuda (foco no nosso serviço/ministério)	A igreja como embaixada da graça (foco no serviço/ministério de Deus)
Nós subimos até Deus	Deus desce até nós
Nós enviamos a nós mesmos	Deus nos envia

O diagnóstico que Horton dá para essas distorções divide-se em basicamente dois braços. O primeiro é baseado num estudo realizado pelo sociólogo Christian Smith, que definiu a religiosidade norte-americana como sendo um “deísmo moralista e terapêutico” (p. 34), conceito este que Horton vai usar em praticamente todo o livro. Não se trata apenas de uma frase de efeito, mas Horton se preocupa em mostrar estudos e estatísticas que comprovam a sua veracidade, como ele mesmo avisa na página 18. O segundo braço do diagnóstico é teológico: pelagianismo é o “termo teológico para esta moléstia”, diz ele (p. 37). “Afinal de contas, é a nossa teologia mais natural”, ironiza.

Mas apesar de traçar paralelos entre o cristianismo sem Cristo e certas distorções teológicas que marcaram a história da igreja (como o gnosticismo, o semipelagianismo e o liberalismo teológico, por exemplo), Horton chega a admitir que “o ‘cristianismo sem Cristo’ é invasivo, atravessa o espectro liberal-conservador e todas as linhas denominacionais” (p. 22), motivo pelo qual “nenhuma denominação está livre desse cativo, incluindo a minha, e ninguém, incluindo eu mesmo” (p. 23). Ironicamente, essa nova religiosidade não é tão profunda quanto se pretende, mas é exatamente vazia (niilista?). “Muito do que estou chamando de ‘cristianismo sem Cristo’”, diz Horton, “não é profundo o suficiente para constituir heresia”, comparando a mensagem do cristianismo sem Cristo com aquele tipo de música de fundo que ouvimos tocar nos estabelecimentos comerciais: “trivial, sentimental, aceita e irrelevante” (p. 17). E mais: “O Deus da religião norte-americana contemporânea é trivial demais para valer o nosso tempo” (p. 91). Mas é exatamente isso que torna esse novo tipo de religiosidade mais perigoso do que seus antecedentes gnósticos, pelagianos e liberais.

O liberalismo começou por subestimar a doutrina em favor do moralismo e da experiência interior, perdendo Cristo por hierarquia. “*No entanto, é mais tolice que heresia que está nos matando suavemente. Deus não é negado, mas banalizado – usado para nossos programas de vida, e não recebido, adorado e usufruído*” (p. 20 – ênfase minha).

Englobando as pessoas da Trindade nesse sacrílego processo de trivialização, Horton observa que no cristianismo sem Cristo “*Deus é usado como um recurso pessoal, em lugar de ser conhecido, adorado e confiado; Jesus Cristo é um treinador com um plano de jogo bom para nossa vitória, em vez de um Salvador que já alcançou a vitória para nós; [...] e o Espírito Santo é uma tomada elétrica que podemos ligar para obter o poder necessário para sermos tudo o que podemos ser*” (p. 17 – itálicos meus). Aliás, Horton esbanja nos adjetivos que o cristianismo sem Cristo tem conferido a Jesus. Ele observa que “*Jesus tem sido vestido como um [...] treinador de vida, guerreiro de cultura, revolucionário político, filósofo, copiloto, companheiro de sofrimento e parceiro na realização de nossos sonhos pessoais e sociais*” (p. 21); ou como um “*mascote na guerra das culturas*” (p. 166); ou ainda, como um simples “*ponto de encontro para jogos de futebol e inauguração de shopping centers*” (p. 64). Porém, o resultado disso tudo, diz Horton, em vez de um relacionamento verdadeiro com o Filho de Deus, “*é um apego vago e sentimental por alguém que é mais um amigo invisível do que o Salvador dos ímpios, encarnado, morto e ressuscitado, que subiu e é Rei*” (p. 64). O cristianismo sem Cristo definitivamente não contempla o Jesus das Escrituras – Histórico, Redentor, Deus!

Tudo isso, naturalmente, leva a uma banalização não somente de Cristo, mas também dos meios de graça por ele instituídos. O Batismo e a Ceia, por exemplo, são transformados em “*meios de compromisso*” – um “*veículo da experiência pessoal*” (p. 142), uma vez que o indivíduo é levado a pensar que tanto a salvação como a manutenção desta dependem única e exclusivamente dele mesmo.

Para muitos de nós, criados em contexto evangélico-conservador em que a pregação era principalmente uma exortação para fazer mais, o Batismo foi nosso ato de compromisso em vez de ser o ato de compromisso de Deus; a Ceia do Senhor era um meio de nossa lembrança em vez de um meio da graça de Deus, e muitos hinos eram expressões da nossa piedade mais que um relato das misericórdias maravilhosas de Deus na história da redenção (p. 154).

Mas Horton faz questão de nos lembrar que “*o Batismo não é nosso ato de compromisso, com base em nossa decisão, é o ato de compromisso de Deus, baseado em sua decisão. [...] A Ceia do Senhor não é nossa lembrança e reconsecração, mas se centra na promessa de Deus de nos dar seu Filho como nosso alimento e bebida – certificando e ratificando nossa inclusão no pacto da graça*” (p. 180).

Todos esses “apelos para a ação sem o anúncio da ação de Deus”, segundo Horton, estão gradualmente “desevangelizando” a igreja (p. 155). Ela se imiscuiu tanto na agenda secular que, em sua tentativa de tornar o evangelho relevante, perdeu-se pelo caminho, transformando as boas-novas da salvação em meros estímulos morais de autoajuda. E é justamente aqui que Horton vai fazer críticas ferrenhas ao tipo de pregação e pregadores que o cristianismo sem Cristo (ou *quase* sem Cristo, na melhor das hipóteses) tem produzido, justamente pelo fato de que esta pregação, como vimos, exorta o espectador a sempre “fazer mais”. Charles Finney, Joel Osteen, Robert Schuller, Rick Warren, Joyce Meyer e o emergente Brian McLaren, dentre outros, não escapam da flecha certeira de Horton. Para ele, as pregações dos tais não diferem muito do que podemos encontrar nos ditos do Dr. Phil ou de Oprah Winfrey (p. 15 – trazendo para o nosso contexto, algo parecido com Super Nani, Max Gehringer e Ana Maria Braga). Por este motivo, não é mesmo a toa que, “na autoajuda secular, as vendas dos gurus chegam perto dos concorrentes evangélicos” (p. 58). Esse tipo de pregação, para Horton, também tira Cristo do cristianismo.

Quando a mensagem básica da igreja é menos sobre quem é Cristo e o que ele fez de uma vez por todas para nós e mais sobre quem somos e o que temos que fazer para tornar a vida dele (e a nossa) relevante para a cultura, a religião que é feita “relevante” não é mais o cristianismo (p. 118).

É nesse ínterim que Horton também vai criticar a tendência desse tipo de religião em moralizar e alegorizar as histórias bíblicas, como se a sabedoria da Escritura se nivelasse àquelas encontradas nas fábulas de Esopo (p. 121). De fato, é muito comum vermos isso acontecer nos dias de hoje. A pregação é tudo, menos exegética. O que sobra disso só pode ser mesmo alegorias e princípios morais. Daí temos que, assim como Davi, precisamos vencer os “gigantes” em nossas vidas; que temos que nos “atrever” a ser um Daniel; que devemos “sonhar” como José; etc. É por isso que nesse tipo de pregação geralmente Deus nunca está de mau-humor para com os pecadores, mas sempre pronto a recebê-los, não importa como estejam vivendo. Horton lembra de uma ocasião em que entrevistou o Dr. Robert Schuller em um programa de rádio, quando lhe perguntou como ele interpretaria a exortação que Paulo faz a Timóteo em 2 Tm 3.1-5. E, antes mesmo de terminar de articular sua pergunta, Schuller respondeu apressado às palavras apostólicas, dizendo: “Eu espero que você não pregue isso. Vai magoar um monte de gente bonita” (p. 28). Para Horton, coisas desse tipo não passam de “autoajuda pelagiana e autodeificação gnóstica” (p. 59), na qual Deus novamente é nosso coadjuvante no esquema do já denunciado “deísmo moralista terapêutico”.

Em um paradigma terapêutico, não só o membro da igreja, mas o próprio Deus, é colocado no sofá enquanto nós interpretamos, com empatia, os sentimentos dele. Deus nunca está com raiva ou é crítico em relação às pessoas; na verdade, ele é mais angustiado que nós, visto que sabe o quanto nossas ações podem nos prejudicar. [...] Podemos até nos sentir inclinados a sentir pena desta divindade [p. 48].

Mesmo que esses assuntos estejam largamente presentes na agenda do pessoal do movimento da igreja emergente (a quem Horton faz fortes críticas nos capítulos 4 e 6, especialmente) e dos adeptos do teísmo aberto, para Horton isso nada mais é do que um eco do antigo liberalismo e do conceito kantiano de religião moralista em oposição à religião de doutrina (p. 93). Somos ensinados que não devemos apenas *pregar* o evangelho, mas sobretudo *ser* o evangelho. É aquela velha máxima atribuída a São Francisco de Assis: “evangelize sempre; se necessário, use palavras” – como se nossas vidas pudessem pregar “melhor do que o evangelho” (p. 127). É muita empáfia! Esse novo legalismo, para Horton (na realidade, um *legalismo revisitado*), é o “murmúrio otimista e alegre tocando como música de fundo”, que nem nos ameaça com o inferno nem nos conforta com o céu (p. 102). Mais uma vez, Horton nos lembra que este é o nosso “pelagianismo nativo” (p. 93), uma vez que nosso destino está em nossas próprias mãos.

Ainda tratando dessa questão da busca desenfreada por relevância, Horton argumenta que não precisamos da Bíblia para saber que nossos filhos precisam de padrões regulares de sono; que o segredo para um bom casamento é o diálogo; e que se não administramos bem nossos cartões de crédito eles nos dominam (p. 85). “Qualquer pessoa pode perder peso, parar de fumar, melhorar um casamento e se tornar mais agradável sem Jesus”, garante ele (p. 86). É certo que estimular as pessoas para que estas busquem uma melhor “qualidade de vida” (somente para usar um linguajar que está na moda) não é um mal em si mesmo, mas “mesmo quando coisas boas, santas e apropriadas se confundem com o evangelho, é apenas uma questão de tempo antes de chegarmos ao *cristianismo sem Cristo*” (p. 91).

Temos visto que, de fato, a “religião moralista de autossalvação é nossa configuração padrão como criaturas caídas” (p. 36). Precisamos urgentemente nos desvencilhar dela. “Chega de nós” (p. 115)! Como clamou William Willimon no prefácio, “vamos colocar Cristo de volta no Cristianismo” (p. 10). Mas a pergunta é: como? Horton arrisca algumas propostas para que sejamos libertos desse cativo. Vamos tentar resumi-las:

1. *Precisamos fazer uma urgente distinção entre a lei e o evangelho* (p. 103). Do contrário, o que teremos é somente mais e mais ativismo religioso em vez de fé viva e verdadeiramente eficaz. “Nosso padrão

- é a lei, e não o evangelho, coisas para fazer (imperativos), no lugar de indicativos (coisas para acreditar)” (p. 108). “Confundir a lei e o evangelho é a tendência natural do coração caído. Todas as religiões – incluindo o *cristianismo sem Cristo*, que não é cristianismo de jeito nenhum – pressupõem alguma forma de redenção por esforço próprio [...] Deixe a lei ser lei e o evangelho ser evangelho” (p. 102);
2. *Precisamos pregar corretamente a lei* (p. 106), porque “até que nossa pregação da lei tenha exposto nossos corações e a santidade de Deus a esse nível profundo, nossos ouvintes jamais irão para Cristo em busca de segurança, mesmo que venham até nós para conselho” (p. 107);
 3. *Precisamos nos preocupar com as necessidades realmente primárias* (p. 115). “Os gentios amam a sabedoria, então lhes mostre um Jesus que é mais inteligente em resolver enigmas da vida diária e a igreja vai ter uma multidão de adeptos”. Contudo, “a igreja”, diz Horton, “existe para mudar o assunto de nós e de nossos atos para Deus e seus atos de salvação, e de nossas missões de salvar o mundo para a missão de Cristo, que já realizou a redenção” (p. 115). O que precisamos é de um novo paradigma: “de nossa agenda para a agenda de Deus” (p. 168);
 4. *Precisamos recuperar os conceitos do cristianismo bíblico, resgatando-os da trivialização pós-moderna* (p. 116). “Cristianismo sem Cristo não significa religião ou espiritualidade desprovida das palavras *Jesus, Cristo, Senhor* ou até mesmo *Salvador*. Significa que a forma como esses nomes e títulos são empregados os deslocará de seu local específico no desdobramento histórico da trama da rebelião humana e do resgate divino, e de práticas como o Batismo e a Ceia. Jesus como treinador de vida, terapeuta, amigo, outro significativo, fundador da civilização ocidental, messias político, exemplo de vida radical e outras inúmeras imagens podem nos distrair do escândalo e da loucura de ‘Cristo e este crucificado’” (p. 117); e, por último,
 5. *Precisamos que nossa missão se oriente pelo evangelho, não pela “justiça decorrente das obras”* (p. 165). No afã de ganhar o mundo inteiro, muitas vezes temos perdido nossas marcas – *identidade reformada*; e por vezes amamos tanto as marcas que temos negligenciado a missão – *evangelização*. Precisamos manter acesas as duas coisas, porque “sem as marcas a missão é cega; sem a missão, as marcas estão mortas” (p. 166).

Como as resenhas geralmente fazem com que corramos o risco de reduzir o conteúdo da obra aos nossos próprios termos, iremos parar por aqui. Mas cabem mais algumas observações pontuais ao livro como um todo. Agora me refiro à questão *estética*, enfim, todo o processo editorial. Elogios e críticas

também são oportunos nesse aspecto. Primeiramente quero parabenizar a Editora Cultura Cristã – além do fato de pôr nas mãos do público de fala portuguesa uma obra de tamanha envergadura teológica como esta que temos aqui, é claro – pelo trabalho dos revisores em explicar certas expressões e conceitos próprios da cultura e linguajar norte-americanos (pp. 17, 19, 21, 29, 33, 60, 64, 86, 93, 95, 136, 140, 169, 181, 192 e 201), coisas estas que, na maioria das vezes, muitos tradutores e revisores não explicam. Em alguns casos, compreender tais conceitos torna-se essencial à compreensão do que o autor quer transmitir. Isso denota uma preocupação e respeito dos editores pelo leitor que é leigo em outras culturas.

Em relação aos pontos que poderiam ter sido melhores podemos citar a falta de um índice onomástico e de assuntos, o que em muito facilitaria a pesquisa e pouparia o leitor (inclusive quem faz resenhas!) de exaustivas anotações marginais (embora saibamos que o processo para tal é um pouco demorado, tendo em vista a “urgência” da publicação). Quanto aos erros de digitação, gramática e afins, foram tão leves que chegam a ser insignificantes (pp. 15, 137, 138, 139, 143, 176, 179, 182 e 187). E poderia também ter aquela tradicional folha em branco na última página (na qual consta o tipo de papel, a imprensa, etc.), pois sua falta deixa aquela impressão de que o livro ainda não chegou ao seu fim, especialmente no caso do livro em questão, que Horton conclui com uma citação sem acrescentar aquelas costumeiras observações, doxologias ou apelos. Mas nenhuma dessas faltas, evidentemente, é capaz de tirar o brilho da obra desse estimado pensador, que certamente perdurará como um dos textos apologeticos mais importantes desta década. Leitura mais que recomendada!

Soli Deo Gloria!